

OS PROCESSOS DE (DES)ORGANIZAR EM FAVELAS: AS MUDANÇAS EM ELEMENTOS SÓCIO-MATERIAIS E A FLUIDEZ DO ESPAÇO SOCIAL

VANESSA BRULON¹
ALKETA PECI²

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo analisar de que forma os processos de organizar, postos em prática por representantes do Estado, transformam o espaço social de favelas, no contexto da política de “pacificação”. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo durante um ano e quatro meses, composta por observação participante e 83 entrevistas. Pode-se concluir que os processos de organizar de representantes do Estado, dispersos e descontínuos, culminam em uma maquiagem do espaço, bem como geram uma relativização de categorias e um aumento da fluidez e da complexidade do espaço, produzindo o que se pode chamar de uma “favela líquida”.

Palavras-chave: Processos de organizar. Estado. Favela.

ABSTRACT

(DIS)ORGANIZING PROCESSES IN SLUMS: CHANCES IN SOCIAL AND MATERIAL ELEMENTS AND THE FLUIDITY OF SOCIAL SPACE

This study aimed to examine how the organizing processes implemented by state representatives has transformed the social space of slums in the context of “pacification” policy. Therefore, a field research was carried out over a year and four months, composed of participant observation and 83 interviews. In conclusion, the organizing processes of state representatives, scattered and discontinuous, culminate in a makeup space, as well as generate a relativization of categories and an increase in the space fluidity and complexity, thus producing what might be called a “liquid slum”.

Keywords: Organizing processes. State. Slums.

Artigo recebido em: 03-12-2014 – Aceito em: 22-04-2015

I. INTRODUÇÃO

Diante de um cenário de fortes contradições, muitas janelas em apartamentos da cidade do Rio de Janeiro emolduram favelas, e os moradores do asfalto acostumaram-se a manter uma relação de proximidade distante com as favelas que os cercam. A proximidade inevitável, não importa o quanto tentamos, não nos deixa ignorar que a favela existe e está logo ali. A distância, quase forçada, dá margens ao imaginário, e inventamos uma favela de onde só podem sair tiros, *funk*, armas e drogas, nossos porteiros, nossas empregadas domésticas e os bandidos que irão nos assaltar.

A favela que vemos da nossa janela, diariamente, não é real? Surpreende quando Valladares (2005) nos fala a respeito da invenção da favela. Mas, quando se sobe o morro, logo se sente na pele o que a autora nos revela em palavras: “essa favela tão evidente é, de certo modo, uma favela ‘inventada’” (VALLADARES, 2005, p. 21). Ao tratar da favela “inventada”, referindo-se às diversas formas de representação social que as favelas assumem ao longo da história, Valladares (2005) mostra a invenção das favelas como um “problema social” que requer soluções urgentes.

Frente a esse “problema” que “atrapalha” a vida na cidade, o Estado vem desempenhando, já há algum tempo, inúmeras ações voltadas para os territórios de favelas. No início do século XX, as primeiras ações estatais direcionadas às favelas assumiram a forma de políticas de remoção (VALLADARES, 2005), medida privilegiada para acabar de vez com o “problema social”, eliminando “o mal pela raiz”. A partir da década de 1980, diante de um contexto de disseminação da violência (BURGOS, 2006) e sob influência da lógica da “cidade partida”, há uma mudança nas políticas governamentais, que passaram de um paradigma

¹ Professora da FACC/UFRJ; doutora em Administração pela EBAPE/FGV. Endereço: Rua Correa Dutra, 73, 501, Flamengo, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 22210-050; e-mail: vanessabrulon@facc.ufrj.br

² Professora do quadro permanente da EBAPE/FGV; doutora em Administração pela EBAPE/FGV. Endereço: Praia de Botafogo, 190, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 22250-900; e-mail: alketa.peci@fgv.br

pautado na remoção para um paradigma de “integração” da favela ao restante da cidade (CAVALCANTI, 2009).

No contexto atual, as favelas do Rio de Janeiro estão sendo alvo da chamada “política de pacificação”, que consiste na instalação de Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) em seus territórios, visando à retomada do controle, que está nas mãos do tráfico. Junto à entrada das UPPs nas favelas cariocas, existe a ação de diversos representantes do Estado – alguns deles já se faziam presentes antes mesmo da “pacificação” –, com vistas a organizar o espaço social de favelas.

Visando iluminar o cenário descrito, a pesquisa que aqui se apresenta teve por objetivo analisar de que forma os processos de organizar, postos em prática por representantes do Estado, transformam o espaço social de favelas, no contexto da política de “pacificação”, na cidade do Rio de Janeiro.

II. O ESPAÇO SOCIAL E A MATERIALIDADE SOCIAL

“O espaço (social) é um produto (social)” – assim pode ser sintetizada a principal proposição apresentada por Lefebvre (2007), em sua obra *The production of space*³. O termo “social” é posto entre parênteses pelo autor para ressaltar a aparente obviedade de seu enunciado. O espaço é produzido por meio de práticas, é formado por um conjunto de relações (LEFEBVRE, 2007) e, portanto, o social lhe é inerente. A partir de suas críticas à dicotomia entre subjetividade e objetividade, Lefebvre (2007) defende que o espaço social seja pensado não como sujeito nem como objeto, mas como uma realidade social, um conjunto de relações e formas.

Enquanto produto social, o espaço também deve ser lembrado como produto do modo capitalista de produção, conforme lembra Harvey (2005). Segundo o autor, o capitalismo produz uma nova estrutura espacial, na medida em que busca novas oportunidades para a acumulação de capital. Portanto, não apenas o espaço é um produto, mas é um resultado das forças de produção capitalistas.

A noção de espaço social, assim compreendida, revela uma materialidade social a ele inerente (DALE, 2005; DALE; BURRELL, 2008). Partindo da ideia de que a produção do espaço deve ser entendida a partir de uma interação de aspectos materiais e sociais combinados (LEFEBVRE, 2007), Dale (2005, p. 651) propõe, com a noção de materialidade social, um conceito “whereby social processes and structures and material processes and structures are seen as mutually enacting”⁴.

Ao propor o conceito de materialidade social, Dale (2005) esclarece que a materialidade não pode ser reduzida simplesmente a coisas. Para a autora, ela contém cultura, linguagem, imaginação, memória, por isso é muito mais do que simples objeto. A autora lembra, ainda, que não é apenas a materialidade que assume significados sociais, mas a própria materialidade também molda a natureza da agência social, tendo em vista que os seres humanos são parte do mundo material, logo, incapazes de manipulá-lo sem que sejam incorporados ou mudados por ele. Portanto, para Dale (2005), é preciso romper com a ideia de que o material configura-se como algo fixo e inerte, enquanto o social, como algo dinâmico e ativo.

Não obstante o caráter desafiador de um conceito que não pode ser delimitado, a noção de espaço, e a materialidade social a ele inerente, tem despertado o interesse de muitos pesquisadores e é possível se falar em uma “virada espacial” nas ciências sociais, ocorrida nos últimos trinta anos (JESSOP; BRENNER; JONES, 2008; DALE; BURRELL, 2008). Segundo Jessop, Brenner e Jones (2008), a questão do espaço sempre esteve de alguma forma presente nas ciências sociais, porém foi apenas recentemente que a temática passou a ganhar um viés crítico e reflexivo. Acompanhando tal tendência, o presente trabalho propõe-se recuperar a noção de espaço social em estudos organizacionais.

III. OS PROCESSOS DE ORGANIZAR NO ESPAÇO SOCIAL

Embora tenha havido, em tempos recentes, a “virada espacial” nas ciências sociais (JESSOP; BRENNER; JONES, 2008), o espaço vem sendo negligenciado em estudos organizacionais, de forma que autores como Dale e Burrell (2008) chamam atenção para o fato de que as organizações têm sido afastadas de elementos do mundo material e social, necessitando, por isso, serem rematerializadas.

Mas para se pensar as organizações como produtoras e produto do espaço social, conforme demandam Dale e Burrell (2008), não se pode perder de vista o caráter dinâmico, contínuo e reflexivo da relação que se estabelece entre as organizações e os espaços nos quais estão inseridas. Portanto, a centralidade das organizações no processo de produção do espaço, e como mediadoras das práticas sócio-espaciais, só poderá ser assumida quando as organizações forem concebidas a partir de uma perspectiva processual, enquanto acontecem (SCHATZKI, 2006), como entidades inacabadas ou como um contexto para ação e interação humana (HERNES, 2004).

³ Tradução livre: A produção do espaço

⁴ Tradução livre: “em que os processos e as estruturas sociais e os processos e estruturas materiais são vistos como mutuamente determinantes”.

Bakken e Hernes (2006) explicam, com base no trabalho de Chia e Langley, a contraposição existente entre uma abordagem que enfatiza o processo (uma visão “forte” de processo) e uma abordagem que enfatiza a entidade (uma visão “fraca” de processo). Quando a organização é vista como uma entidade, de acordo com os autores, o processo passa a ser entendido como a interação entre entidades estáveis, previamente dadas que, embora interajam de formas diversas, permanecem intactas. Já a perspectiva “forte” de processos pensa as entidades como produtos dos processos, aqui assumidos como categoria central, e não como anteriores a ele. É a partir dessa última perspectiva que as organizações podem ser pensadas em sua relação com o espaço social.

Nesse sentido, as organizações são aqui entendidas como processos que têm consequências para a produção da vida social, que são constituintes e ao mesmo tempo constituídas, superando, assim, dualismos entre objeto e sujeito, ação e estrutura. Conforme defende Peci (2004), as perspectivas que superam tais dicotomias avançam, ao deixar de considerar as organizações como produtos dados, e abrem espaço para a inclusão de dimensões espaciais ou relacionais na compreensão das organizações.

De acordo com Alcadipani (2008, p. 20), “to talk of organising is to consider that organisations are an active course of action, a continuous result of a precarious and partial process”⁵(ALCADIPANI, 2008, p. 20). Nesse sentido, é possível falar em processos de organizar como processos que implicam uma produção recíproca do espaço social.

IV. REPRESENTANTES DO ESTADO EM FAVELAS: ORGANIZANDO ESPAÇOS DE DESORDEM

Os espaços sociais, no contexto contemporâneo, apresentam-se fragmentados (SANTOS, 2008), e a presença do Estado não é homogênea em todo o território nacional (MACHADO DA SILVA, 2008). No contexto brasileiro em geral e, em particular, no Rio de Janeiro, as favelas são compreendidas como territórios com ausência do Estado e, por isso, são historicamente identificadas como a expressão de antítese da ordem pública (STROZEMBERG, 2009).

As favelas têm sido tradicionalmente definidas a partir de uma lista de características que se propõem comuns e generalizáveis e que, em geral, retratam um cenário de precariedade. Segundo Maricato (2007), por exemplo, o termo “favela” refere-se a regiões marcadas por uma situação ilegal de ocupação do solo, ou como regiões sujeitas à exclusão urbana, já que são mal servidas pela infraestrutura e serviços urbanos.

A caracterização das favelas como espaços carentes, precários em uma série de aspectos, além da carga pejorativa que acaba por ser associada a esses espaços, leva a uma falsa ideia de homogeneidade entre os diversos territórios denominados de favela. Para Valladares (2005, p. 151), ao se pensar a favela no singular, acaba-se reduzindo “um universo plural a uma categoria única” e negando as diferenças de natureza sociológica existentes entre elas.

Mas a visão de que as favelas se resumem a uma categoria singular parece predominar e decorre de uma invenção disso que hoje se denomina “favela”. Como bem mostra Valladares (2005), a favela foi inventada. Em sua obra *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*, essa autora retoma as representações sociais da favela desde sua origem, e mostra como ela passou de um problema a ser solucionado, alvo de um discurso médico-higienista, a um problema que exigia administração e conhecimento e, até mesmo, a solução.

Esse lugar de “problema social” atribuído às favelas passou a atrair ações governamentais que se apresentavam como possíveis soluções. No Brasil, as intervenções estatais em favelas podem ser melhor analisadas na cidade do Rio de Janeiro, local em que foi formulado o maior número de políticas governamentais voltadas às favelas (VALLADARES; FIGUEIREDO, 1983).

De forma sintética, Cavalcanti (2009) aponta um padrão de políticas públicas direcionadas para as favelas, estabelecido durante o século XX: nos governos autoritários, predominavam as políticas de remoção; em períodos democráticos, as políticas de urbanização; porém, a partir de acordos clientelistas, efetivando-se apenas na forma de pequenas melhorias de infraestrutura.

A partir da década de 1980, conforme mostrou Burgos (2006), a questão se complexifica ainda mais, diante de um contexto de disseminação da violência e da consolidação de grupos paraestatais nas favelas cariocas. Ao mesmo tempo, sob influência da lógica da “cidade partida”, que ajuda a reforçar a compreensão da favela como gênese do crime, há uma mudança nas políticas governamentais, que passaram de um paradigma pautado na remoção para um paradigma de “integração” da favela ao restante da cidade (CAVALCANTI, 2009).

Nesse sentido, o Estado desempenhou algumas tentativas frustradas de recuperação do controle territorial das mãos dos criminosos, por meio de programas de requalificação urbana ou de segurança pública. Tais intervenções, em alguns casos, até levaram a melhorias na qualidade de vida, mas não conseguiram recuperar o controle dessas áreas, resultando na manutenção do domínio do tráfico nos

⁵ Tradução livre: “falar de processos de organizar é considerar que as organizações são um curso ativo da ação, são o resultado contínuo de um processo precário e parcial”.

territórios das favelas (BANCO MUNDIAL, 2012)

Com a aprovação do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos em 2016 e a Copa do Mundo em 2014, a preocupação com o problema da segurança da cidade potencializou-se. O Banco Mundial explica que foi nesse contexto que, em novembro de 2008, o governo estadual do Rio de Janeiro inaugurou a primeira UPP na favela Santa Marta, em Botafogo, Zona Sul do Rio de Janeiro, “com o objetivo de recuperar o controle de territórios tomados pelo crime organizado, desarmando o tráfico de drogas e permitindo a integração social, econômica e política das favelas com a cidade” (BANCO MUNDIAL, 2012, p. 12).

Não se pode perder de vista que a instalação da UPP nas favelas cariocas é acompanhada de um discurso que defende a “pacificação” proporcionada pelo programa como possibilidade também da entrada de uma série de serviços urbanos e de ações sociais, considerados parte do processo de “pacificação” (CUNHA; MELLO, 2011). No contexto do programa das UPPs, a presente pesquisa foi desenvolvida.

Ademais, é importante ressaltar que o Estado vem sendo representado, dentro ou fora das favelas, por formatos organizacionais cada vez mais complexos e híbridos (CHRISTENSEN; LAEGREID, 2011). Com frequência, por exemplo, aplica recursos públicos em Organizações Não-Governamentais (ONGs), que, muitas vezes, desempenham papel importante na entrega de bens coletivos (ARELLANO-GAULT et al., 2013). As parcerias público-privadas (PPPs) também são cada vez mais comuns. É dentro desse contexto de formas organizacionais híbridas e de fronteiras imprecisas entre a esfera pública e a privada, que serão aqui compreendidos os representantes do Estado em favelas.

V. MÉTODO

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi realizada uma pesquisa de campo com duração de um ano e três meses (de janeiro de 2013 a abril de 2014), em duas favelas cariocas: uma na Zona Sul e outra na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa de campo incluiu observação participante, de inspiração etnográfica, bem como 83 entrevistas semiestruturadas.

Conforme explicam Emerson, Fretz e Shaw (1995, p. 1), a etnografia “involves the study of groups and people as they go about their everyday lives”. A imersão etnográfica não pressupõe um pesquisador passivo, um pesquisador que procure se manter como “a fly on the wall” (EMERSON; FRETZ; SHAW, 1995, p. 3). Ela envolve, isto sim, um pesquisador com ativa participação nas atividades diárias, cuja presença tem inevitável interferência nos acontecimentos do campo (EMERSON; FRETZ; SHAW, 1995). Não obstante as inúmeras descrições do método etnográfico, Van Maanen (2010) lembra que não existe qualquer técnica específica atrelada à etnografia, e ela permanece aberta ao imprevisto e a modos situados de pesquisa.

A observação participante, em particular, é caracterizada por uma abordagem em que o pesquisador insere-se em um campo e passa a participar de suas rotinas diárias, para observá-las de perto (EMERSON; FRETZ; SHAW, 1995). O pesquisador que adota a técnica de observação esforça-se para enxergar os eventos a partir da perspectiva daqueles que estão sendo estudados (ANGROSINO, 2000).

Na pesquisa de campo desenvolvida na presente pesquisa, buscamos, em um primeiro momento, nos inserir na vida das favelas estudadas por meio de contato com os moradores locais e, a partir deles, identificar os representantes do Estado que se inserem no cotidiano das favelas e ali realizam processos de organizar. Inicialmente, as visitas às favelas eram semanais, e, aos poucos, a frequência foi sendo intensificada, conforme apareciam eventos, reuniões ou atividades para os quais éramos convidadas. As visitas eram sempre acompanhadas de notas de campo, que consistem em anotações sistemáticas a respeito daquilo que se observa, com vistas a acumular um registro escrito das vivências no campo (EMERSON; FRETZ; SHAW, 1995).

Também realizamos entrevistas com representantes do Estado que desempenham processos de organizar nas favelas, para complementarmos ou aprofundarmos algumas informações. Moradores também foram entrevistados, no sentido de obtermos informações sobre a interface estabelecida entre eles e os representantes do Estado, dentro daquele espaço do qual também são parte importante. As entrevistas também se mostraram significativas no sentido de levantar informações a respeito de um momento anterior, quando nós ainda não estávamos inseridas no campo. As comparações entre as favelas antes e depois da instalação da UPP surgiram naturalmente nas entrevistas realizadas e trouxeram informações que não puderam ser captadas apenas pela observação. Foram realizadas 83 entrevistas, com duração média de duas horas. Vale ressaltar que as entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado. Os entrevistados são especificados nas Tabelas 1 e 2, a seguir:

TABELA 1 – Entrevistados na favela da Zona Sul

Categoria de entrevistados	Quantidade
Moradores da favela	15
Policiais da UPP	9
Representantes do PAC	5
Representantes do Programa Territórios da Paz	3
Representantes do Programa UPP Social	3
Representantes do CRAS	1
Representantes da Clínica da Família	1
Representantes do CIEP	1
Representantes do ITERJ	3
Representante do CRJ	1
Representante da Comlurb	2
Total	45

TABELA 2 – Entrevistados na Favela da Zona Norte

Categoria de entrevistados	Quantidade
Moradores da favela	14
Policiais da UPP	11
Representantes do Programa Territórios da Paz	3
Representantes do Programa UPP Social	3
Representantes do CRAS	5
Representante da Comlurb	2
Total	38

Os moradores entrevistados foram selecionados com base na observação participante, que possibilitou identificar lideranças comunitárias e moradores que tinham mais contato com os representantes do Estado atuantes nas favelas investigadas. Os representantes do Estado entrevistados também foram selecionados com base na observação, que possibilitou identificar aqueles que atuavam diretamente na favela em questão. Foi adotado o critério de saturação para a determinação do número total de entrevistas necessárias.

Para a análise dos dados coletados, realizamos uma codificação inicial, com base nas notas de campo e nas entrevistas transcritas. Usamos o *software* Atlas.ti, que nos auxiliou a administrar a grande quantidade de dados. Usando o *software*, criamos códigos e subcódigos para categorizá-los.

Em um segundo momento, passamos a identificar temas emergentes por meio de uma abordagem interpretativa, à luz da literatura relevante. A análise interpretativa permite compreender o processo por meio do qual surgem múltiplas realidades compartilhadas e como elas se transformam, a partir do ponto de vista do participante em ação (MORGAN, 1980). Finalmente, realizamos um refinamento dos códigos anteriormente criados, por meio de uma integração da teoria, e assim chegamos a um nível mais conceitual da codificação.

VI. (DES)ORGANIZANDO FAVELAS

Localizada na zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, uma das favelas onde foi realizado o trabalho de campo da presente pesquisa tem bem delimitada sua separação do asfalto. Como está entre dois bairros nobres da cidade, o contraste entre morro e asfalto torna-se especialmente acentuado. A favela em questão é, na verdade, um conjunto de comunidades composto por três favelas distintas que compartilham o mesmo morro e a mesma UPP. O número de moradores ainda não é um consenso. Embora as autoridades afirmem que ali há um total de 10 mil habitantes, os moradores discordam, e apontam que só nos registros da Clínica da Família há mais de 15 mil.

A favela na zona Norte do Rio de Janeiro, que acabou por também se tornar campo de pesquisa, é localizada em um bairro onde moram classes mais baixas e, por isso, o contraste entre morro e asfalto não é tão acentuado aqui. É difícil perceber o exato momento em que se está adentrando a favela, pois as casas localizadas em suas proximidades também são, em geral, habitadas por pessoas de classes sociais mais baixas. A favela da zona norte é, oficialmente, considerada parte de um complexo de favelas, embora muitos moradores relutem em aceitar tal definição. O complexo é composto por sete favelas, com um total de 30 mil habitantes, e a favela específica, foco deste estudo possui em torno de 7 mil habitantes, segundo informações de uma gestora local. Os dados oficiais mais uma vez são outros: em torno de 2.000 na favela em questão e 10 mil no total.

Em janeiro de 2013, uma das autoras deste artigo passou a se inserir nas favelas, para realizar o

trabalho de campo e, a partir daqui, passará a narrar sua experiência, à luz da teoria, com vistas a responder à pergunta inicial da pesquisa.

Para minha entrada em campo na favela da Zona Sul, passei a fazer algumas visitas a uma senhora responsável por uma das ONGs da comunidade, que conheci por meio de um amigo em comum. Na favela da Zona Norte, entrei com o auxílio de uma moradora que conheci em um evento na Rocinha. Ela fazia um trabalho em sua favela para conscientizar a população local a respeito do problema do lixo, e me convidou para uma visita à favela onde mora e conhecer o seu projeto. Em ambas as favelas fui, aos poucos, criando uma rede de contatos. Foi por meio dos meus contatos com moradores ou trabalhadores locais que busquei identificar os agentes do campo do Estado e estabelecer contatos, com vistas a acompanhar o trabalho que realizavam ali.

VI.1 Os processos de organizar e a maquiagem do espaço

Era uma noite de quarta-feira, quando adentrei o teatro localizado na favela da Zona Sul, para assistir a uma audiência pública que se propunha discutir problemas da comunidade. Representantes de diversos órgãos públicos mostraram-se presentes e compuseram a mesa que daria início à discussão. A maioria dos rostos ansiosos em cima do palco já era familiar à minha rotina na favela e pertenciam a pessoas que trabalhavam ali. Contrariando o meu pressuposto inicial de que em favelas não há Estado, àquela altura já não era mais possível negar que o Estado estava presente nas favelas, de forma concreta e objetiva, representado pela figura daquelas pessoas que se acomodavam no palco. Com o início do debate, o clima começou a “esquentar”, e os moradores que tiveram a oportunidade de falar ao microfone gritavam as mais diversas queixas e, em voz alta, tentavam se fazer ouvir. Suas reclamações não eram simples caprichos. Tratava-se de questões básicas, de condições básicas de vida, que iam desde falta de luz e água contaminada por fezes. Diante do espetáculo, não pude deixar de me questionar: se o Estado está presente, por que demandas tão básicas ainda não foram atendidas?

Um olhar retrospectivo para os meses de pesquisa de campo que haviam ficado para trás já me possibilitava caracterizar os processos de organizar de representantes do Estado em favelas como processos dispersos e descontínuos. Tais características não se reduzem apenas à percepção subjetiva de uma pesquisadora em campo, mas foram extraídas, isto sim, de falas convictas e experientes, também um pouco cansadas, de moradores e representantes do Estado, em ambas as favelas pesquisadas.

Ao longo da pesquisa de campo, meus caminhos foram cruzados com os mais diversos representantes do Estado: representantes da UPP, Territórios da Paz, UPP Social, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência da Juventude (CRJ), Comlurb, para mencionar alguns. Mas logo pude perceber que não havia uma sintonia entre as ações desses agentes. Embora todos compartilhassem um surpreendente “brilho no olhar”, indicativo de uma crença real em suas ações, as visões a respeito do que era melhor para os moradores de favelas eram as mais diversas, e variavam tanto quanto os representantes do Estado ali inseridos. Os moradores percebem essa diversidade e a consideram responsável por uma “falta de foco” nas ações do Estado em favelas: “eles são isolados, cada um na sua, cada um faz seu papel e acabou. A gente percebe que não existe sintonia, é cada um fazendo o seu e pronto” (Morador 1, favela Zona Sul).

As discontinuidades dos processos de organizar de representantes do Estado em favelas decorrem de mudanças políticas nos programas ou projetos. Os comandantes das UPPs foram alterados diversas vezes no período em que estivemos em campo em ambas as favelas. As mudanças de comando geram efeitos diretos no organizar dos policiais: “A tropa vai dançar conforme a música do comandante” (Representante da UPP 2, favela Zona Sul), afirma um policial. Mudaram também os superintendentes do programa Territórios da Paz e a presidência do IPP, responsável pelo programa UPP Social. Os secretários se alternam, afetando o organizar de órgãos inseridos nas favelas. Essa foi uma queixa de representantes de vários órgãos, como o CRJ ou o CRAS.

Na visão dos moradores, essa atuação isolada e descontínua traz prejuízos à comunidade, pois acreditam que, se o Estado tivesse mais “foco” em suas ações, as transformações seriam mais profundas e mais visíveis. Os moradores reclamam que não conseguem enxergar no território da favela a totalidade do investimento feito pelo governo em todos esses anos. “Você não vê esse investimento todo aqui dentro da comunidade! [...] A favela tem muito dinheiro dentro dela e não se chega em um legado” (Morador 3, favela Zona Sul), afirma um morador.

As discontinuidades nos processos de organizar e as dispersões que os marcam impossibilitam a ocorrência de mudanças mais profundas no espaço social da favela. O que se tem, isto sim, são mudanças paliativas, que culminam no que podemos chamar de uma “administração da pobreza”, isto é, o que se busca não é retirar as pessoas da situação de pobreza, mas apenas organizar a pobreza da favela. Um morador sintetiza tal situação: “O que eu digo que é administrar a pobreza é porque nada se muda” (Morador 6, favela Zona Norte).

Em nossa pesquisa de campo, foi possível observar uma série de exemplos disso que estamos

chamando de “administração da pobreza”. Talvez o principal deles gire em torno da questão da educação. O Estado oferece, por meio dos mais diversos agentes, cursos de cabeleireiro, de ajudante de cozinha, de garçom, com o objetivo de capacitar os moradores para a obtenção de emprego e renda. Entretanto, esse tipo de emprego possibilitaria apenas manter os moradores em uma situação de pobreza, uma pobreza sob controle, uma pobreza administrada. Os moradores reclamam dessa situação: “Eles vêm com um negócio de pizzaiolo, ajudante de restaurante, auxiliar de serviços gerais... Não, a gente não quer isso não, a gente quer coisa maior!” (Morador 1, favela Zona Sul). Paralelamente a isso, o CIEP que existe dentro da favela da Zona Sul é um dos piores CIEPs do Rio de Janeiro e já apresentou em anos anteriores o pior IDEB do estado. Já na favela da Zona Norte, não há nenhuma escola, apenas creches. O investimento em uma educação básica de qualidade, capaz de gerar transformações mais profundas na vida dos moradores, é deficiente dentro da favela.

As obras do PAC que ocorrem na favela da Zona Sul também são denunciadas como sendo de baixa qualidade e, na opinião dos moradores, são malfeitas porque se destinam a pobres. Em visita à residência de um morador de um dos apartamentos construídos pelo PAC, pude constatar uma infiltração em um dos quartos, mostrada com indignação pelo morador, que não sabia o que fazer. Uma moradora denuncia: “Você vê os prédios construídos pelo PAC, em meses já tavam com infiltração, com rachaduras, com problemas” (Morador 4, favela Zona Sul). Outro morador de um apartamento do PAC me contou, em tom jocoso, ter pedido ao seu filho que não falasse muito alto, pois os vidros das janelas eram tão finos que poderiam quebrar.

O PAC ainda não entrou na favela da Zona Norte, embora esta seja uma forte demanda dos moradores locais. “O PAC passou de helicóptero por aqui (risos)” (Morador 3, favela Zona Norte), brinca um morador, insatisfeito com a ausência do programa. O que se tem é o programa Cimento Social que, segundo os moradores, serve apenas para fazer pequenos reparos nas casas. Os moradores percebem o programa como algo extremamente superficial, preocupado muito mais em pintar as casas mais expostas para “maquiar” a favela para quem está de fora. Conforme relatou um morador,

Teve a questão do Cimento Social, que as pessoas achavam que fosse dar um resultado positivo, mas acabou virando só uma pintura nas casas que são à beira da rua, enquanto as que precisam, que estão apoiadas em pedras... Infelizmente, é um projeto pra turista ver. (Morador 6, favela Zona Norte)

Embora haja uma Clínica da Família dentro da comunidade da Zona Sul, os moradores reclamam da deficiência nos serviços e afirmam que problemas mais sérios são encaminhados para outros locais: “Ali é só pra um atendimento básico. Uma injeçãozinha, uma gripezinha, tudo inha! Porque o atendimento mesmo que é necessário, da pessoa que tem uma parada cardíaca, vai morrer, porque a clínica não tem estrutura para isso” (Morador 4, favela Zona Sul). Já na favela da Zona Norte, a tão desejada Clínica da Família não sai do papel: “Dizem, corre o boato que iam fazer uma ali, mas até hoje não fizeram nada” (Morador 4, favela Zona Norte).

A UPP, por sua vez, vem para “preservar e manter a ordem pública dentro da comunidade” (Representante da UPP 3, favela Zona Sul), afirmam seus policiais. Proíbem a exibição de armas, o tráfico não é mais visível, as trocas de tiros deixam de ser tão frequentes. Entretanto, todos os moradores e os que frequentam as comunidades sabem que o tráfico ainda persiste e, em alguns casos, ainda impõe a sua lei. Segundo uma moradora, “é uma pacificação de faz-de-conta, porque eles tão firme e forte no que eles tão fazendo, continuam no morro” (Morador 5, favela Zona Sul). Além disso, mesmo os tiroteios voltaram a acontecer, principalmente na favela da Zona Sul, como eu mesma pude presenciar em alguns dias de visita ao campo. O cenário descrito é reconhecido pelos próprios policiais:

Aqui dentro tem esses confrontos, ainda tem o tráfico, tem tudo isso. Mas lá fora, pra apresentação: ‘Ah, tá pacificado, tem policiais no morro...’. Mas na verdade nós que estamos aqui dentro, a gente sabe que isso é uma... A gente tá dentro de um... de um barril de pólvora (Representante da UPP 3, favela Zona Sul).

A administração da pobreza não satisfaz as necessidades dos moradores. Moradores de ambas as favelas reclamam da situação: “A comunidade não precisa somente de uma estrada, as pessoas da comunidade precisam de estudo” (Morador 4, favela Zona Sul). “Isso [que o Estado faz] é tudo paliativo. O que precisa [na favela da Zona Norte] são obras estruturais [...], não são obras paliativas” (Morador 2, favela Zona Norte). E na percepção daqueles que vivem diariamente a rotina da favela, a pobreza é administrada apenas para manter as aparências, para agradar ao olhar dos que veem de fora e enxergam uma favela sem armas, sem tiros, com hospitais, estradas e escolas. “Eles fazem as coisas pra imprensa e o mundo ver que o Estado está tendo intervenção dentro das comunidades” (Morador 7, favela Zona Sul).

A ideia de que há preocupação com a visibilidade externa, no que diz respeito às ações do Estado nas favelas, é reforçada ao serem comparadas as realidades das duas favelas pesquisadas. A primeira, uma favela de extrema visibilidade, localizada em uma das áreas mais nobres da cidade, tem uma grande

diversidade de programas, escola, Clínica da Família e grandes obras do PAC. A segunda, uma favela “esquecida”, como reforçam com mágoa os seus moradores, tem apenas o básico – uma UPP e poucos programas sociais – e promessas não cumpridas. Na visão dos moradores, essa situação se deve à falta de visibilidade da favela em questão: “Como aqui não tem essa mídia toda, tá ficando difícil, entende?” (Morador 12, favela Zona Norte).

A administração da pobreza acaba por produzir um “espaço maquiado”, em que a favela parece organizada e segura apenas para os olhares que lhe são externos: “É tipo assim, uma fantasia, entendeu? É um faz-de-conta... [...]. É tipo assim um cartão de visita pra quem não convive, pra quem tá de fora... [...] Mas pras pessoas que procuram melhorias não tem nada” (Morador 8, favela Zona Norte). Mas segundo os moradores, que enxergam de dentro, trata-se de uma maquiagem muito malfeita: “Uma maquiagem malfeita que quando o gesso cai... Sabe quando a gente passa aquela maquiagem no rosto que começa, né... É assim, é assim [...]” (Morador 4, favela Zona Sul).

Nessa administração da pobreza, os processos de organizar não trazem mudanças profundas para os moradores de favela, não mudam suas realidades, apenas as maquam. As demandas não atendidas, algumas muito básicas, como água ou luz, ficam escondidas sob a maquiagem que o Estado produz.

VI.II (Des)Organizando elementos sócio-materiais: a produção da fluidez do espaço

Para uma maquiagem perceptível aos olhares externos, faz-se importante a mudança em elementos materiais do espaço, aspectos do espaço de maior visibilidade e de mais fácil percepção. O trabalho de campo revelou uma tendência à valorização de processos de organizar, por parte de representantes do Estado, que se voltam, prioritariamente, para elementos materiais, como forma de tornar mais visíveis as mudanças que o Estado traz para as favelas. Entretanto, conforme mostrou Dale (2005), o material é também social. Por isso, tais elementos também possuem uma capacidade de organizar, que lhes é inerente. Com a proposta de organizar o espaço social de favelas, a partir daquilo que consideram um verdadeiro “organizar”, representantes do Estado alteram elementos sócio-materiais e produzem uma “desorganização” do espaço, na visão de seus moradores. Essa dinâmica será aqui analisada, partindo de materialidades relevantes para o organizar da vida na favela.

VI.II.I As armas

A diferença estabelecida entre trabalhadores e bandidos define categorias centrais para a organização da vida na favela e está bastante estabelecida na visão dos moradores (ZALUAR, 1985; GRILLO 2013). Grillo (2013) mostra a importância da arma para marcar tal diferença: bandidos andam armados, enquanto trabalhadores não. A autora afirma que, mesmo pessoas com algum envolvimento com o crime, como aquelas que realizam a venda de produtos roubados, por exemplo, são consideradas trabalhadores pelos moradores de favelas, pelo simples fato de não andarem armados.

Com a entrada da UPP na comunidade, foi proibida a exposição de armas, um importante elemento sócio-material no espaço das favelas. Mesmo os traficantes que ainda atuam na favela devem manter suas armas escondidas ou, de preferência, não devem tê-las. “Hoje você subiu tranquila, você não viu arma subindo, você não vai ver arma descendo...” (Representante da UPP 5, favela Zona Sul), explicou-me um policial orgulhoso de seu trabalho. Os moradores também reconhecem essa mudança: “A gente não vê mais ninguém armado [...]. Nesse aspecto melhorou bastante” (Morador 1, Favela Zona Norte).

Dessa forma, torna-se mais difícil identificar a presença de um bandido. Para identificá-los, os moradores agora usam outras estratégias. Ao ser questionada sobre como identifica os traficantes, uma moradora respondeu: “É o cabelo, o linguajar, esse ‘tá ligado’, é nossa... É o linguajar” (Morador 6). Isso torna a categoria “bandido” muito mais complexa e difícil de definir. Os policiais também utilizam estratégias para identificar os bandidos, agora desarmados. Um policial explica sua maneira de identificação: “Vamos dizer, tá com uma mochila nas costas, tá agitado, tá nervoso, olhando prum lado, olhando pro outro... Entendeu? Já são características de uma pessoa suspeita[...]” (Representante da UPP 4, favela Zona Sul).

A dificuldade de diferenciar trabalhadores e bandidos, como consequência do fim da ostentação das armas, também complexifica as relações na favela. “Porque antes a comunidade vivia nas mãos dos bandidos, mas a gente sabia quem era quem, né... Se a gente não se envolvesse... [...] A gente sabia quem era quem” (Morador 11, favela Zona Norte), explica uma moradora. Eu também pude vivenciar essa dificuldade durante a minha pesquisa. Sem saber quem era quem, muitas vezes tinha receio de fazer perguntas, e moradores chamaram minha atenção por apresentar questionamentos relativos ao tráfico na presença, embora velada, de traficantes.

Alguns moradores começaram inclusive a se questionar a respeito de suas posições de traficantes indiretos, e uma nova categoria começa a aparecer. Na visão desses moradores, qualquer um que vive o dia a dia da comunidade contribui de alguma forma para o tráfico, dando informação, por exemplo, a

respeito do posicionamento dos policiais. “Aí depois eu comecei a pensar... Cara, eu não me misturo, mas eu faço parte” (Morador 9, favela Zona Sul), desabafou comigo um morador.

A volatilidade das identidades, característica da modernidade líquida, conforme retratada por Bauman (2001), começa a aparecer nas favelas “pacificadas”. Sem as armas, não é mais evidente quem é o bandido e quem é o trabalhador, e as identidades podem se misturar. Segundo Bauman (2001), as identidades parecem fixas e sólidas apenas quando vistas de relance. Uma imersão mais profunda na favela permite perceber a instabilidade das identidades na vida local.

A arma exposta pelo traficante também servia a uma outra forma de organizar. Pessoas de fora da favela que quisessem acessá-la precisavam se identificar diante dos homens armados. Conforme me explicou o presidente da associação de uma das favelas pesquisadas, se ele fosse me receber, alguns anos atrás, teria que avisar aos meninos do tráfico e eu teria que me identificar na entrada da favela. Para os moradores, tal prática tinha um aspecto positivo: eles sabiam quem eram todas as pessoas que circulavam ali. Agora, pessoas seguras diante da favela “pacificada” se mudam para lá, sem qualquer necessidade de identificação, enquanto moradores antigos são expulsos pela elevação dos preços dos imóveis. A sensação de insegurança diante do novo cenário me foi revelada diversas vezes ao longo da pesquisa de campo. Alguns moradores, mais preocupados, diziam, inseguros, que podia haver até pedófilos morando na favela, porque hoje não sabiam mais quem eram os seus vizinhos. A favela passa a se aproximar da fluidez descrita por Bauman (2001), na qual familiares e vizinhos não são mais permanentes. São fluidos, como característica de uma modernidade líquida.

As armas dos meninos do tráfico são agora substituídas pelas armas dos policiais e tornam-se quase invisíveis. Ao relatar as vantagens trazidas pela UPP, muitos moradores me falaram, emocionados, que agora seus filhos não precisavam mais conviver com armas. Inicialmente, não podia conter meu estranhamento diante dessa fala. Eu nunca havia tido tanto contato com armas de fogo como naquele território que os moradores caracterizavam como “livre de armas”. Às vezes, eu os questionava: “Como assim não se vê mais armas? Eu vi tantas armas quando entrei aqui!”. E eles me respondiam que a arma do policial era inevitável e, por isso, não merecia ser considerada. Aos poucos, as armas da PM foram se tornando mais invisíveis também para mim.

Além de sua invisibilidade, as armas dos policiais também parecem ter perdido força em sua capacidade de organizar. Policiais de ambas as favelas me relataram inúmeras situações em que abordaram moradores portando armamento letal e em que foram completamente desrespeitados e agredidos com pedras. Diante dos relatos, eu sempre questionava: “Mas os moradores não têm medo de vocês atirarem?”. E as respostas eram as mesmas: “Eles sabem que aqui não podemos usar o armamento letal”. É nesse sentido que a arma perde parcialmente sua capacidade de organizar.

VI.II.II O Uniforme dos “UPPs”

Outro elemento sócio-material do espaço que foi alterado e gerou desorganização para os moradores foi o uniforme dos policiais. Antes, eles faziam as famosas e temidas incursões ao morro vestidos com o “MUG” ou “terceiro B”, uniforme de combate da Polícia Militar. Os tiros marcavam a presença da polícia e faziam parar as atividades do morro até que ela saísse. Para desassociar a imagem dos policiais da UPP dessa figura temida, referidas pelos moradores como “os polícias”, o uniforme foi alterado: policiais da UPP vestem o “quinto B”, o uniforme de passeio da PM, composto por calça social e camisa em azul mais claro. A mudança criou uma nova categoria de policial: os UPPs. É assim que os moradores se referem à figura dos policiais que atuam na UPP, conforme observado na pesquisa de campo e explicado por um soldado:

Os próprios moradores, eles não chamam a gente de polícia, eles chamam a gente de UPP. “Olha os UPP aí!”. Não é “ô policial” é “ô UPP”.[...] Eles acham mesmo que a gente é diferente. Eles acham que com essa farda aqui a gente não tem moral nenhuma. Eles acham que a gente é menos polícia (Representante da UPP 5, favela Zona Sul).

Conforme explicita o representante da UPP, essa nova categoria de policial não se diferencia apenas pelo nome ou uniforme. Os moradores enxergam nos “UPPs” um policial que não é “polícia de verdade”, que é mais “frouxo” que os demais policiais. Em conversa com um policial, na favela da Zona Norte, ele me relatou que um dia prestou serviço extra para o batalhão e foi almoçar na favela vestido com o “MUG”. Os moradores perguntaram se ele havia sido promovido, se ele havia, finalmente, virado polícia. E essa identificação do policial da UPP como um policial que não é “de verdade” é marcada na fala dos próprios policiais: “A maioria dos meninos que entra pra polícia pra realizar um sonho, é um sonho de ser um policial de verdade, do batalhão, de combate, disso e aquilo, entendeu?” (Representante UPP 5, favela Zona Norte), relata um policial ao me explicar a frustração de alguns policiais por trabalharem na UPP.

Marcando, uma vez mais, a instabilidade das identidades, os mesmos policiais que atuam nas UPPs também “tiram extras” nos batalhões ou mesmo, em decorrência da rotatividade de cargos, podem ser

transferidos das UPPs para os batalhões e vice-versa, a qualquer momento. Bauman (2001) destaca a importância das fantasias para marcar as identidades em uma realidade fluida. A rigor, o que diferencia o “polícia” do “UPP”, que podem ser representados pela figura do mesmo policial, é o uniforme que usam. Um PM pode se transformar em “polícia de verdade” pela simples troca de uniforme, ganhando, assim, o direito de agir de forma mais truculenta.

Diante da presença dessa nova categoria de policial, que agora está constantemente presente na favela, complexificaram-se também as leis do morro. Quem manda agora: traficantes ou policiais? Pude presenciar várias situações em que moradores não sabiam bem a quem recorrer. Um morador me relatou uma briga grave que teve com um amigo, a qual, para resolver, chamou os “UPPs”. Os policiais responderam que não podiam fazer nada, que não iriam resolver a situação. Diante disso, o amigo desse morador resolveu levar a questão ao tráfico. Chegando lá, o morador que me relatava a situação disse para o “dono do morro”, conforme ele se referiu ao traficante, que seu amigo já havia levado a questão à UPP. Segundo o relato, a discussão terminou por ali. Furioso, o “dono do morro” disse: “Ou tu chama polícia ou tu chama bandido!”. Agora existem duas leis.

Diante de confusão semelhante, uma escola local, cuja quadra estava sendo invadida por meninos do tráfico, resolveu convocar uma reunião com toda a comunidade para que pudessem pensar conjuntamente em uma solução. Após a reunião, os moradores me explicaram que ela convocou a reunião porque não sabia como agir. Se chamasse a UPP, seria retaliada pelo tráfico; se falasse diretamente com o tráfico, passaria por cima da UPP. Resolveu movimentar a todos para mandar o seu recado. O que, segundo os relatos, acabou funcionando.

Em uma modernidade líquida, segundo Bauman (2001), não é possível que nenhuma autoridade assuma a posição de exclusividade. As autoridades coexistem, marca da liquidez (BAUMAN, 2001), e assim também acontece na favela “pacificada”.

VI.II.III Crachás e objetos de identificação

A volatilidade de identidades não se dá apenas entre policiais e bandidos. Os demais representantes do Estado também têm identidades mais fluidas. Em período anterior à entrada das UPPs, os representantes do Estado precisavam andar identificados com crachás ou uniformes para sua segurança. Era bastante claro quando alguém estava ali em nome do Estado. Hoje, esses agentes se misturam na multidão e, muitas vezes, confundem-se com os próprios moradores. Um representante do PAC que já atuava na comunidade antes da pacificação explica: “a gente andava uniformizado, andava com moradores pra poder ser reconhecido, entendeu? Com crachá, tudo direitinho” (Representante do PAC 1, favela Zona Sul).

Ao longo da pesquisa de campo, foi possível observar que alguns representantes do Estado que viviam a rotina diária das comunidades se deixavam envolver de tal forma com seu campo de trabalho, que acabavam desenvolvendo relações pessoais bem próximas a alguns moradores. Na favela da Zona Sul, a gestora de um programa social construiu tão forte relação de amizade com alguns moradores, que passou a participar de churrascos nos fins de semana, e até comemorou o seu aniversário em um bar local. A fala desses moradores não mais a identificava como uma representante do Estado ali, mas sim como uma amiga muito querida com quem conviviam diariamente. Sua identidade oscilava entre gestora e moradora, e a ausência dos crachás ou de objetos de identificação facilitava tal volatilidade.

Os “UPPs” também tinham suas identidades fluidas, oscilando entre a categoria “morador” e “policial”. Primeiramente, porque grande parte dos policiais é moradora de favelas, e pude encontrar casos, inclusive, de policiais que moravam e trabalhavam na mesma comunidade. Além disso, não obstante a possibilidade de retaliação do tráfico, que muitas vezes mostrou-se real, os “UPPs” estabeleciam relações pessoais com moradores, fossem de simples amizade ou até mesmo relacionamento amoroso. “Eu vivo em completa amizade com eles, eu praticamente vivo mais aqui do que na minha casa. Tenho amigos, que me abraçam, que gostam de mim, e por aí vai” (Representante UPP 6, favela Zona Norte), explica um policial muito querido na comunidade. As relações amorosas também são comuns: “Tem policial que arrumou mulher aqui [...]. Teve um monte, pô, que casou com favelada. Às vezes, via andando aqui: ‘pô, que que você tá fazendo aqui? De bermuda, camiseta...’ O cara: ‘Pô, vim na casa da minha sogra’ (risos)” (Representante UPP 10, favela Zona Norte).

Diante da dificuldade de marcar identidades, alguns representantes do Estado ainda preferem se identificar, mesmo que isso não seja mais obrigatório. É o caso de alguns representantes do CRAS, e sua reclamação de que os moradores confundem o CRAS com “o quintal da casa deles”.

Aqui o CRAS tá dentro da comunidade, então aqui nós somos vizinhos. Então, assim, é muito comum de ter um problema na família e ela vem aqui. [...] E ela não chama você de doutora, senhora, não, ela chama “tia, eu preciso da sua ajuda”. Então a relação estreita bastante. Por um lado é bom, mas por outro é ruim porque confunde... Os papéis ficam, sabe... Você tem que tá o tempo todo pontuando que você tá aqui pra ajudar, mas que você é profissional, você não é tia dela, e você tá trazendo uma ajuda que é do governo (Representante do

Cientes dessa realidade, os representantes do CRAS optam pelo uso de crachás quando circulam pelo território. Reconhecem a importância das “fantasias”, para marcar as identidades, utilizando o termo de Bauman (2001).

VI.II.IV Sedes físicas e equipamentos de trabalho

A discussão relativa à possibilidade de se ter uma sede física dentro das favelas foi suscitada entre os membros dos mais diversos programas. Alguns defendiam a importância de ter uma estrutura física que marque sua presença ali. Outros acreditavam que a estrutura física os inibiria de circular e os tornaria “presos” a uma determinada parte do território. Apesar das discussões, o fato é que prevalecia a tendência de circular pelos territórios. Mesmo aqueles que tinham sua sede, em geral, questionavam-na e desenvolveram formas de realizar um trabalho “itinerante”. É o caso dos representantes do CRAS, ao defenderem que suas ações itinerantes servem para “Dar visibilidade no trabalho, né, divulgação...” (Representante do CRAS 3, favela Zona Norte).

A fim de facilitar a circulação pelo espaço, geralmente considerada importante, os representantes do Estado têm disponíveis equipamentos que lhes permitem circular: *notebooks*, 3G, celulares, máquinas fotográficas... Os equipamentos portáteis predominam.

Os traficantes também perderam parcialmente a sua “sede física” nas favelas. Com a presença constante dos “UPPs” no morro, toda a dinâmica do tráfico se alterou. As famosas bocas de fumo, formadas em lugares fixos, delimitadas pela presença de traficantes armados de plantão, segundo Grillo (2013), agora não existem mais. Isso porque os traficantes circulam e estão sempre mudando de lugar, complexificando a dinâmica do espaço. Uma moradora explica: “Tá igual a cão e gato, deve ficar um labirinto, né... Corre aí um atrás do outro” (Moradora 8, favela Zona Sul).

Com o tráfico mais oculto, os moradores também têm mais dificuldades de saber onde podem e onde não podem circular. “E essa desarticulação do tráfico também desarticula a comunidade como defesa. Então, antes você sabia que andar por ali não era uma coisa bacana, agora você não sabe por onde andar” (Morador 6, favela Zona Norte).

As drogas comercializadas pelo tráfico também precisaram se tornar mais “portáteis”, mais fáceis de serem transportadas. Conforme explica um policial:

E hoje em dia dentro das favelas sabe como é feito o tráfico lá? Os caras colocam ó três peças na mão e vai andar pela comunidade. [...] eles mudam né o *modus operandi* deles justamente pra coibir a nossa coerção em cima do tráfico (Representante da UPP 6, favela Zona Sul)

Conforme mostrou Bauman (2001), o alcance de meios mais rápidos de mobilidade tornou-se hoje uma das principais ferramentas de poder. A estratégia do desvio e a capacidade de fugir são hoje sinais de sucesso gerencial (BAUMAN, 2001). Os representantes do Estado em favelas buscam desenvolver essas estratégias e questionam qualquer elemento material que os torne fixos no espaço, seja a sede física ou um grande computador. E também para os traficantes, as estratégias de mobilidade tornaram-se cruciais para a sua sobrevivência.

Por debaixo dessa maquiagem, em suas tentativas de organizar a favela com base naquilo que acreditam ser o “bem” para a comunidade, os representantes do Estado, em última instância, geram uma desorganização da favela, segundo os moradores, relativizando categorias que antes eram vistas como absolutas e ampliando a fluidez do espaço. Em seus processos de organizar, os representantes do Estado modificam importantes elementos sócio-materiais do espaço e, com isso, o desorganizam, pois esquecem que elementos materiais têm inerentes a eles uma função social (DALE, 2005).

VI.II.V Conclusão: os processos de (des)organizar e a favela líquida

Com o objetivo de analisar de que forma os processos de organizar, postos em prática por representantes do Estado, transformam o espaço social de favelas, no contexto da política de pacificação no Rio de Janeiro, esta pesquisa mostrou que os processos de organizar, dispersos e descontínuos, culminam em uma administração da pobreza e em um espaço maquiado. O que se entende por organizar ou desorganizar depende da posição ocupada na dinâmica da vida na favela, e processos de organizar, na concepção de representantes do Estado, acabam gerando uma desorganização das favelas, na visão dos moradores, por meio da relativização de categorias absolutas e do aumento da fluidez e da complexidade do espaço.

Ao desorganizar tais categorias por meio de seu processo de organizar, os representantes do Estado produzem o que se pode chamar de uma “favela líquida”, em referência à noção de modernidade líquida,

proposta por Bauman (2001). De acordo com o sociólogo, nos dias atuais vive-se uma modernidade na qual os padrões e configurações não são mais dados ou autoevidentes. Em outras palavras, “o fato de que a estrutura sistêmica seja remota e inalcançável, aliado ao estado fluido e nãoestruturado do cenário imediato da política-vida, muda aquela condição de um modo radical e requer que repensemos os velhos conceitos que costumavam cercar suas narrativas” (BAUMAN, 2001, p. 15).

A vida na favela organizava-se em torno de certas categorias e leis, sempre bem definidas e dadas de antemão, que contavam com elementos sócio-materiais do espaço para demarcá-las. Com as mudanças trazidas pelos agentes do Estado, as categorias não são mais autoevidentes e a favela torna-se mais fluida e complexa. Esse reconhecimento já começa a aparecer na fala dos próprios agentes do Estado: “às vezes trabalhar em um território que só tem o tráfico, às vezes pode ser mais fácil. Porque a polícia ela complexifica muito a relação [...]” (Representante do Territórios da Paz 2, favela Zona Sul).

A liquidez do espaço também produz uma universalização do medo, já retratada por Bauman (1998) em seus escritos relativos às consequências da modernidade líquida. No caso em questão, as pessoas não sabem onde podem circular, não reconhecem mais todos os que circulam na comunidade, não sabem onde estão os bandidos e o que se pode falar. A favela líquida aumenta as tensões, que agora se tornam perpétuas, sem se restringirem mais aos momentos de incursões policiais.

REFERÊNCIAS

- ALCADIPANI, R. **Practices of organizing**: enacting boundaries and performing production in newspaper printing. Tese. Manchester Business School, 2008.
- ARELLANO-GAULT, D.; DEMORTAIN, D.; ROUILLARD, C.; THOENING, J. C. Bringing public organization and organizing back in. **Organization Studies**, v. 34, n. 2, p. 145-167, 2013.
- ASAD, T. Where are the margins of the State? In: DAS, V.; POOLE, D. (Ed.). **Anthropology in the Margins of the State**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.
- BAKKEN, T.; HERNES, T. Organizing is both a verb and a noun: Weick meets Whitehead. **OrganizationStudies**, v. 27, n. 11, p. 1599-1616, 2006.
- BANCO MUNDIAL. **O retorno do Estado às favelas do Rio de Janeiro**: uma análise da transformação do dia a dia das comunidades após o processo de pacificação das UPPs. Rio de Janeiro: Banco Mundial, 2012.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BURGOS, M. B. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A.; ALVITO, M. (Orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- CAVALCANTI, M. Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 69, p. 69-80, 2009.
- DALE, K. Building a social materiality: spatial and embodied politics in organizational control. **Organization**, v.12, n.5, p. 649-678, 2005.
- DALE, K.; BURRELL, G. **The spaces of organisation and the organisation of space**: power, identity & materiality at work. New York: University of Leicester, 2008.
- EMERSON, R. M.; FRETZ, R. I.; SHAW, L. L. **Writing ethnographic fieldnotes**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- GRILLO, C. **Coisas da vida no crime**: tráfico e roubo em favelas cariocas. Rio de Janeiro, 2013. Tese [Doutorado] – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- HERNES, T. **The spatial construction of organizations**. Amsterdam: John Benjamins, 2004.
- JESSOP, B.; BRENNER, N.; JONES, M. Theorizing sociospatial relations. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 26, p. 3, p. 389-401, 2008.
- LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 2007.
- MACHADO DA SILVA, L. A. Introdução. In: _____. **Vida sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. O que é favela afinal? In: SILVA, J. S. (Org.). **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.
- SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.
- SCHATZKI, Theodore R. On organizations as they happen. **Organization Studies**, v. 27, n. 12, p. 1863-1873, 2006.
- THOENIG, J. C. Recuperando a ênfase na dimensão pública dos estudos organizacionais. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. spe, p. 9-36, 2007.

VALLADARES, L. **A invenção da favela**: do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VALLADARES, L.; FIGUEIREDO, A. Housing in Brazil: an introduction to recent literature. **Bulletin of Latin American Research**, v. 2, n. 2, p. 69-91, May 1983.

ZALUAR, A.; ALVITO, M. Introdução.In: _____. **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

